

# Projeto de Cabral não

**Política**

**JORNAL DO BRASIL**

## amplia direito de anistiado

Brasília — Wilson Pedrosa

Arquivo — 14/6/87

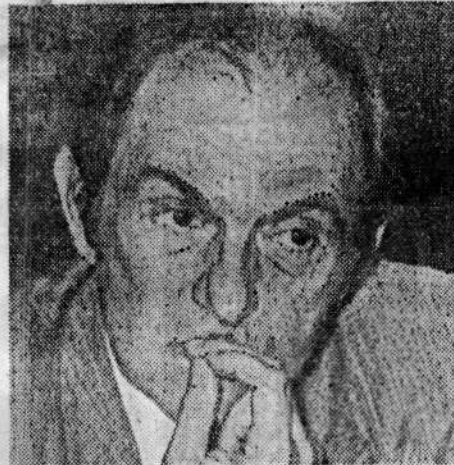
SÃO PAULO — Os militares cassados em 1964, já anistiados, mas que desejavam a ampliação da anistia, não terão seu objetivo satisfeito no substitutivo que o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), entregará à Comissão de Sistematização no dia 24. A antecipação da posição do relator sobre um dos temas mais explosivos da Constituinte foi feita pelo próprio Bernardo Cabral, ao falar durante as comemorações dos 160 anos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo.

Emocionado por discursar na faculdade que, segundo assegurou, "gostaria de ter cursado", Cabral antecipou também que manterá em seu substitutivo todas as emendas de iniciativa popular apresentadas à Constituinte que tenham "referência ao mérito" da futura Constituição — ou seja, que se refiram a seus artigos permanentes e não às disposições transitórias.

**Informação** — Bernardo Cabral adiantou, igualmente, que seu projeto deverá permitir a apreciação de atos praticados com base na extinta legislação de exceção pelo Supremo Tribunal Federal, e que manterá o *habeas data*, dispositivo que permite a qualquer cidadão verificar por si próprio o que sobre ele consta nos diferentes órgãos de informação do governo.

Sobre os militares cassados em 1964, que eram tenentes e capitães naquela época, Bernardo Cabral disse que se a anistia concedida fosse ampliada pela Constituição teríamos no país uma "imensa inflação de generais-de-exército que os cofres públicos não poderiam arcar". E, como "existe o princípio da isonomia no país", todos os coronéis que não chegaram ao generalato por motivos políticos poderiam entrar com processos na justiça requerendo esse direito, adquirido pelos cassados.

— Cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e três opções sobre o sistema de governo — parlamentarismo, presidencialismo puros, ou regime misto — serão as propostas que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apresentará no substitutivo que entrega no dia 23 ao plenário da Constituinte.



**Bernardo Cabral**

Bernardo Cabral optou por estas soluções depois de constatar, conforme explicou, que não haverá consenso na Constituinte, nem em relação ao mandato presidencial nem ao regime de governo: "Não há possibilidade de se chegar a um acordo e estes temas terão que ser decididos pelo plenário."

Cabral antecipou as alternativas que incluirá no substitutivo, em entrevista no Palácio dos Bandeirantes, onde almoçou com juristas que assessoram a bancada paulista, membros do governo de São Paulo e o governador Orestes Quécia, de quem recebeu 36 emendas para a nova Carta.

Entre outras questões, as propostas de Quécia sugerem o aumento da representação de São Paulo de 60 para 80 deputados federais, equiparação de vencimentos do funcionalismo público, tendo como parâmetros os servidores do Poder Executivo, para evitar o aparecimento de novos *marajás*, uma redistribuição da arrecadação tributária e a supressão da estabilidade no emprego, contida no atual projeto da Comissão de Sistematização.

O relator reafirmou sua disposição de submeter o substitutivo, antes, a todos os líderes partidários, "para que não seja um trabalho pessoal" seu.